350º. aniversário da 1ª. Batalha dos Guararapes

PAULO AYRTON ARAÚJO (*)

João Duarte Filho ao fazer a introdução de "As duas Batalhas de Guararapes", de autoria do Gen. Lobato Filho, assim se expressou:

> *"Uma batalha que se fere entre dois exércitos é, sempre, um acontecimento que se eterniza. Passa a guerra, penetrando na história pelos fatos políticos, sociais, econômicos, raciais ou religiosos que a determinaram; passam as épocas guerreiras e passam as gerações; passam as civilizações e as idades, mas não passam os embates militares, não envelhecem as batalhas, aquelas grandes lutas de guerra que se feriram entre dois exércitos ou, mais bem dito, entre dois chefes militares. Passa a guerra, mas a batalha fica constituindo, pelo seu exame crítico, o ensinamento dos guerreiros do futuro".*

Estamos hoje, nesta sessão especial promovida pelo nosso Instituto do Ceará, guardião maior de nossa História e das nossas tradições, para, relembrando, comemorarmos os 350 anos da 1ª Batalha dos Guararapes, berço da nacionalidade e do Exército Brasileiro.

Antecedentes

Em 1556, a Espanha, então maior potência mundial, com vastos domínios na Ásia e América, passou a dominar os Países Baixos, que somente em 1579 declararam sua independência.

Com o falecimento, em 1580, do Cardeal D. Henrique, rei de Portugal, Felipe II, rei de Espanha, ascendeu ao trono português, dando lugar à união Espanha-Portugal, que permaneceu até 1640.

Tal fato atraiu sobre Portugal e, conseqüentemente sobre o Brasil, a atenção da Holanda, que se rebelava contra o domínio espanhol. Até então, a Holanda comercializava pelos diversos países da Europa as especiarias trazidas por Portugal e, principalmente, o açúcar do Brasil.

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Em 1602, a Holanda cria a Companhia das Índias Orientais, que tirou de Portugal e Espanha o monopólio comercial do Oriente.

Sete anos depois, em 1609, os holandeses, apesar da trégua de 12 anos firmada entre eles e os espanhóis, passaram a disputar agressivamente a predominância comercial do mundo, e a Espanha, tentando frear o expansionismo comercial e religioso da Holanda, determinou o fechamento dos portos luso-espanhóis aos barcos holandeses.

Em revide, a Holanda volta-se contra a Espanha, envolvendo, naturalmente, o Brasil.

O sucesso da Companhia das Índias Orientais levou à criação, em 1621, da Companhia das Índias Ocidentais, que recebeu da Holanda todo o apoio financeiro e militar, com a finalidade de, invadindo o Brasil, exercer o domínio naval do Atlântico Sul e conquistar o monopólio do transporte do açúcar, pau-brasil e até o comércio de escravos, além de expandir suas idéias religiosas onde a religião católica predominava.

Nas suas incursões pela costa nordestina brasileira, os holandeses observaram sua débil defesa face a um possível ataque, porquanto a Espanha estava mais interessada em defender o Peru e o México, em virtude de suas minas de metais preciosos.

Assim, resolveram invadir a Bahia, em 1624, de onde foram rechaçados em 1625. Não desistiram, porém, de seu intento, voltando-se, então, para Pernambuco, onde chegaram em 1630, ali permanecendo por 18 anos.

Aportaram em Olinda e, ante a reação de Matias de Albuquerque, Governador da Capitania de Pernambuco, incendiaram-na e fixaram-se no Recife, cuja defesa, face à maioria esmagadora dos invasores, acabou capitulando. Segundo José Antônio Gonsalves de Mello, historiador maior do período holandês no Brasil, "de início os holandeses não tinham se apoderado do Brasil com a intenção de o colonizar, isto é, de aqui se estabelecerem com suas famílias e fundarem uma nova sociedade; movia-os, sobretudo, o interesse mercantil", apoderam-se do comércio e da distribuição do açúcar, esquecendo, porém, a produção. Acrescenta Gonsalves de Mello que "aqui encontraram uma sociedade e uma economia organizadas, o que lhes permitia lucros imediatos; mas se defrontaram com

uma cultura que não se deixou subjugar" e adianta que "foi no terreno religioso que se fizeram inconciliáveis as relações entre portugueses e holandeses; aqueles, católicos devotos, estes, calvinistas intransigentes".

O período áureo da ocupação holandesa teve lugar com a vinda, em 1637, de João Maurício – Conde de Nassau-Siegen, contratado, com amplos e plenos poderes, pela Companhia das Índias Ocidentais. Apesar das medidas por ele tomadas, sua administração não proporcionou àquela Companhia os resultados esperados, motivo pelo qual retornou à Europa em 1644, bastante desgastado. Aqui me valho de matéria de autoria do consócio José Liberal de Castro, a ser publicada em nossa Revista – Ano de 1997, sob o título "O 350º aniversário do livro de BARLAEUS": "A fim de recuperar a perda de prestígio de sua imagem de administrador e guerreiro, João Maurício decidiu recorrer a processos modernos de divulgação, fazendo publicar um relato de sua ação no Brasil, por certo desconhecida em setores da vida holandesa que desejava influenciar. "Para tanto, contratou os serviços de um humanista flamengo, o professor, poeta e teólogo Gaspar van Baerle que, em 1647, lançou um livro, escrito em latim, no qual o nome do autor figurou como Gasparis Barlaeus. Tal livro, com título demasiado longo e em latim, fez com que a obra se tornasse conhecida como simplesmente Barleus. Mr. Francis Reginald Hull, cidadão britânico radicado em Fortaleza, doou um exemplar dessa preciosidade bibliográfica ao nosso Instituto e que hoje intrega sua valiosa coleção de obras raras".

Em 1640, Portugal havia reconquistado sua independência e assinado com a Holanda uma trégua de 10 anos, na qual reconhecia, segundo a "História do Exército Brasileiro" "a conquista de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e acedeu na cessação das hostilidades contra os holandeses no Brasil, enviando determinação expressa. A Holanda comprometeu-se a não expandir suas conquistas no Brasil durante 10 anos".

Esta trégua não foi reconhecida pelos luso-brasileiros que, em 23 de maio de 1645, através de 18 chefes insurretos liderados por João Fernandes Vieira, firmaram um compromisso imortal, no qual, pela primeira vez aparece a palavra PÁTRIA e a

firme disposição de restaurá-la, "início, parecia, do processo irreversível da Independência, concretizado cerca de dois séculos após" (História do Exército Brasileiro). Era o início formal da Insurreição Pernambucana.

Os invasores jamais tiveram dias de paz. Sitiados no Recife, as mais das vezes lhes faltava alimento, todo ele vindo da Holanda. Capistrano, citado por Gonsalves de Mello, afirma que "se o domínio holândes foi um fato, nunca foi um fato consumado".

A luta prosseguia apesar da trégua determinada por D. João IV, que mereceu a seguinte resposta dos luso-brasileiros:

"Combateremos até o fim e somente após expulsar o invasor, iremos a Portugal receber o castigo pela nossa desobediência".

Vencidas as batalhas do Monte das Tabocas e de Casa Forte e tomado o Arraial Novo de Bom Jesus não podemos esquecer Tejucopapo, "um dos poucos episódios conhecidos da participação coletiva armada da mulher e da juventude brasileiras em defesa do solo pátrio" (História do Exército Brasileiro).

1ª Batalha dos Guararapes

Finalmente, a 19 de abril de 1648, entrou em ação o exército de patriotas, sob o comando do Mestre-de-Campo General Francisco Barreto de Menezes, mandado de Portugal por D. João IV e que havia fugido do Recife, onde estava preso há quase um ano. Composto de 2.200 homens, com munição, armamento e equipamento muito reduzidos, mas com incontida vontade de vencer, enfrenta os 4.500 homens do invasor, melhor treinados, armados, equipados e municiados. O General Barreto de Menezes, prudentemente, sem que fosse perdida a unidade de comando, confiou aos seus chefes imediatos a condução pormenorizada das ações, pois eles conheciam melhor o terreno e a tática desenvolvida naquela luta.

O efetivo luso-brasileiro estava dividido em 4 terços – o terço era a grande unidade de combate à base da infantaria, comandada por um mestre-de-corpo equivalente ao posto de coronel e dispunha de 300 a 1200 homens. Cada terço enquadrava vários troços, com efetivo de 100 homens comandados por um capitão.

Os 4 terços que participavam da 1ª Batalha dos Guararapes eram comandados por João Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão. O de maior efetivo era o de João Fernandes Vieira, e tinha como auxiliar imediato o Sgt. Mór Antônio Dias Cardoso que, por ser militar de formação, certamente montou a parte tática do emprego do terço de Fernandes Vieira, civil.

E por falar em Antônio Dias Cardoso, tem razão o historiador Cel. Cláudio Moreira Bento, ao reclamar que a História ainda não lhe fez a merecida justiça. Foi ele que, 6 meses antes da Insurreição Pernambucana, foi mandado da Bahia para organizar o Exército Restaurador, "célula mater" do Exército Brasileiro, e trouxe de volta às nossas lides Fernandes Vieira, que veio a se tornar um dos líderes da Insurreição Pernambucana e signatário do compromisso dos 18 insurretos. Foi Dias Cardoso o vencedor de Tobocas, que além da vitória proporcionou aos luso-brasileiros armas e munições tomadas do invasor.

Trava-se a 1ª Batalha dos Guararapes, batalha violenta em que os patriotas, usando tática das guerrilhas e emboscadas, derrotam fragorosamente o inimigo, que se retrae para o Recife. Sofreram os holandeses na refrega 1.200 baixas, entre mortos e feridos, enquanto, os nossos, apenas 480, das quais 80 mortos.

Observa-se que nesta batalha os luso-brasileiros usaram largamente as emboscadas, que hoje se denominam operações especiais, a cargo dos sempre temidos "comandos"; preocuparam-se com a busca de informações e o reconhecimento do terreno e do inimigo, medidas que não eram próprias da época e constituem hoje preceitos fundamentais.

A exaustão da tropa e as fortes chuvas caídas sobre o campo de batalha não permitiram o aproveitamento do êxito, com a perseguição do inimigo, o que daria lugar à 2ª Batalha dos Guararapes, em 17 de fevereiro de 1649, com mais uma fragorosa derrota dos holandeses que, sitiados no Recife, retiraram-se definitivamente em 26 de janeiro de 1654, após assinarem na Campina do Taborda a rendição de todas as suas forças no Brasil.

Foi na 1ª Batalha dos Guararapes, afirma Frederico Pernambucano de Melo, que "os brasileiros selaram com sangue o início de sua existência como nação, confirmando-o apenas 10 meses depois, com a não menos notável 2ª Batalha".

Já o Major Antônio de Souza Júnior, em "Do Recôncavo aos Guararapes", afirma que a 1ª Batalha dos Guararapes, estudada no quadro de sua época e guardadas as proporções, é um grande acontecimento militar, digno de figurar com realce entre os que deram renome de grandes capitães a Gustavo Adolfo, Turene e outros chefes militares do século XVII".

É Capistrano de Abreu, com sua autoridade de historiador maior que, em "Capítulos de História Colonial", nos diz: "Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina. Sob pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos", resultando daí o brasileiro.

A 1ª Batalha, segundo Cláudio Moreira Bento, "constitue-se numa verdadeira sinfonia militar, resultante de judiciosa aplicação dos princípios de guerra, fazendo inveja aos grandes capitães da História Militar da Humanidade" e acrescenta ainda "os bravos patriotas, um século e meio antes, aplicaram nas memoráveis batalhas dos Guararapes os princípios de guerra definidos por um dos maiores pensadores militares de todos os tempos, Karl Von Clausewitz (1780-1831), alemão que lutava em lado oposto a Napoleão".

Falar dos Guararapes é falar de Francisco Barreto de Menezes, português Mestre-de-Campo General, de João Fernandes Vieira, Mestre-de-Campo, de Henrique Dias, Governador dos crioulos, de Antônio Felipe Camarão, Capitão Mor dos Índios e de André Vidal de Negreiros, também Mestre-de-Campo, heróis cuja memória a Pátria agradecida reverencia com profundo e merecido respeito, incluindo-os na Galeria dos Patriarcas.

Guararapes e o Ceará

Quais as conseqüências das vitórias dos Guararapes no nosso Ceará, já que aqui estamos?

Com a palavra o consócio historiador Geraldo Nobre: "A significação da 1ª Batalha dos Guararapes é nacional, como com-

preenderam os historiadores e reconheceu o Exército Brasileiro ao relacionar com tão notável feito de armas a sua própria origem. O Ceará tem, no entanto, razões para comemorar a data de 19 de abril de 1648, pois é igualmente produto daquela confraternização de bravos dos diferentes troncos étnicos presentes na formação da nacionalidade" e depois de tecer comentários sobre a capitania militar que aqui existia, cuja subordinação à administração colonial era extremamente confusa, gravitando ora em torno do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ora do Estado do Brasil, com sede em Salvador da Bahia, prossegue: "Com efeito, o território hoje patrimônio dos cearenses, ocupado também pelo exército holandês invasor, ao ser por ele desocupado, teve iniciada a sua definição pois os vitoriosos chefes da Insurreição Pernambucana haviam antecipado a subordinação do Ceará a Pernambuco ao enviar companhias de brancos, ameríndios e africanos ou mulatos para restaurarem a antiga capitania militar firmada por Martim Soares Moreno, em 1612, na Barra do Ceará".

O Instituto do Ceará, sempre voltado para a história, cujas lições aprende e transmite, esclarece e irradia como a luz da verdade, comemora, por conseguinte, a data de 19 de abril de 1648, confraternizando com todos os presentes, mais que isso, com toda a nação brasileira, particularmente com o Exército Brasileiro, aqui tão bem representado por integrantes da Região Martim Soares Moreno.

Um destaque especial merecem as representações de jovens estudantes dos Colégios 7 de Setembro, Sócio Honorário desta Casa de Cultura, e General Osório. Esperamos que esta grande lição de civismo e amor à Pátria que nos legaram os heróis dos Guararapes lhes calhe fundo e que, cidadãos do amanhã, colaborem para que este nosso Brasil grande seja também o grande Brasil que todos nós desejamos.

(Palestra pronunciada na sessão especial do dia 20 de abril de 1998).